

ARQUEOLOGIA NA RECONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS RURAIS E URBANAS: OS EXEMPLOS DA *VIA NOVA* (GEIRA ROMANA) E DE *BRACARA AUGUSTA*

por

Francisco Sande Lemos*

1. INTRIDUÇÃO

Tal como o lavrador que cuida dos seus campos, tal como o silvicultor que promove o reordenamento florestal, ou o arquitecto que elabora projectos de casas e conjuntos de edifícios, ou o engenheiro que projecta estradas e pontes, para apenas referir algumas profissões, o arqueólogo é, também, um artífice de paisagens rurais e urbanas.

Em definitivo o arqueólogo deixou de ser o erudito isolado na sua torre de marfim, o académico resguardado pelos muros da Universidade. Seja no plano da produção de conhecimentos, seja como colaborador directo em projectos de valorização de monumentos, ou na organização de itinerários culturais, concretos ou virtuais, a sua actividade tem repercussões no meio social, que não pode ignorar, bem como impacte directo no território e na paisagem.

Supôs-se, outrora, e, por vezes ainda se pretende, que possam existir iluminados, aptos a conceber, projectar ou reordenar, solitariamente, territórios e paisagens. Hoje, reconhece-se que o território e a paisagem são o domínio comum de diferentes corpos profissionais que, entre si, e em discussão com as comunidades, podem e devem cooperar.

Por outro lado, admite-se que, fruto de condições históricas muito específicas, Portugal está a tornar-se num dos países da Europa com espaços mais empobrecidos, destituídos de dimensão humana e cultural, apesar de ser uma dos Estados mais antigos do velho continente. Nos meios urbanos proliferam, sem ordem e regra, as estruturas de betão. Nos meios rurais sucessivas políticas erróneas provocaram a desertificação humana e o envelhecimento populacional.

* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Neste estado de coisas, que não é irreversível, já que o nosso país é pródigo em recursos, cumpre aos artífices da paisagem contribuir e trabalhar para a reconstrução do território.

No domínio específico da Arqueologia há já vários exemplos concretos de intervenções positivas no território, projectos que não se limitaram a delimitar pontos, a classificar ou estudar sítios, mas que abrangem espaços mais vastos ou aglomerados urbanos.

Podemos recordar o mediático exemplo de Mértola e sabe-se que existem numerosos projectos em curso, disseminados um pouco por todo o país, sendo o mais recente o Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Os exemplos que apresentamos inserem-se no âmbito de ordenamento territorial e paisagístico, urbano e rural. Não são projectos ou processos concluídos, mas em velocidade de cruzeiro, como se diz em linguagem naval, ou com aritmias, que nem por isso deixam de ser sintomáticas.

Trocando as voltas ao título, começamos pelo universo urbano.

2. O EXEMPLO DO PROJECTO DE BRACARA AUGUSTA

Principiemos, assim, pelo exemplo de Braga. Graças a uma evolução urbana muito específica, naquela cidade, a sul do seu Centro Histórico mantiveram-se até aos anos 50 do século XX diversas quintas (Fujacal, Urjais, etc.), que abasteciam diariamente a urbe e sob cujos terrenos jaziam tranquilamente numerosos vestígios romanos e alto-medievais da antiga capital da *Callaecia* (sobre *Bracara Augusta* pode ler-se um texto de síntese em Martins e Delgado 1989/1990; bibliografia exaustiva sobre esta cidade romana é referida em Nunes 1996a; e Martins 1997).

Entre os anos 60 e 70 estas quintas começaram a ser urbanizadas e as pás dos *bulldozers* arrancavam, quase diariamente, ao subsolo pedaços de ruínas e milhares de fragmentos de cerâmicas, ou mesmo, peças intactas de bronze e numismas. No plano de urbanização da zona sul de Braga, datado de 1965, estava prevista uma ligação entre os bairros sudoeste e sudeste, destinada a grande tráfego automóvel, avenida que seria marginada por blocos de apartamentos, projecto que, a ser concretizado, iria liquidar, definitivamente, os solos com valor arqueológico, localizados na metade sul da antiga cidade romana.

Um segmento (a avenida Santos da Cunha) deste grande eixo urbano chegou a ser rasgado, a sudoeste, ao longo dos anos 70, com graves danos para a conservação da cidade romana e acesa controvérsia pública.

Em 1976 o I Governo Constitucional, presidido pelo doutor Mário Soares interveio. E, assim, começou uma luta de quase vinte anos. De um lado os arqueó-

logos (apoiados pelos mais esclarecidos cidadãos, associações, entre as quais se destacou a ASPA, e instâncias institucionais) (Delgado et al. 1989; Nunes 1978; 1993; e 1996b); da outra parte, os interesses imobiliários, cuja legitimidade não condenamos *a priori*.

Hoje a situação parece irreversível, no bom sentido. A projectada avenida não foi completada no sentido Este.

Conservou-se, deste modo, no centro de Braga, uma reserva arqueológica que atinge quase nove hectares (ou seja a área da cidade de *Conimbriga* do Baixo Império ou de *Gigón* romana), parte da qual, *non aedificandi*, formada por terrenos que são propriedade do Estado e do município.

Está em construção um Museu e existem projectos de valorização dos principais conjuntos de ruínas já exumadas: um grande edifício termal e uma *insula* (ou seja um pequeno bairro ladeado por ruas).

A intervenção arqueológica contribuiu, decisivamente, para a reorganização da paisagem urbana de uma área importante da cidade, a sul do Centro Histórico.

Actualmente, uma área que estava destinada ser uma zona dormitório, está a ser profundamente valorizada: integra um Museu; espaços verdes e de lazer protegem as ruínas; as eventuais (re)construções são condicionados a escavações prévias; as ruínas descobertas, ou ficam seladas, ou são integradas, conforme o seu valor.

A equipa de *Bracara Augusta* tem a consciência de que a sua tarefa não terminou, embora os objectivos sejam hoje consensuais.

O exemplo de Braga, pouco difundido fora dos meios arqueológicos, talvez porque o Museu de D. Diogo de Sousa ainda não esteja concluído, e porque as ruínas urbanas, mais fragmentadas, exigem um tratamento que só as novas técnicas de Ambientes Virtuais e Multimedia realçam, é um indicador da capacidade cívica dos portugueses.

O que é importante, no caso de Braga, é mostrar que os portugueses são, por vezes, tão capazes como os outros povos. Os terrenos em causa, situados no meio da cidade, valiam muitos milhões de escudos caso tivessem sido construídos. Em Londres só há poucos anos se começou a limitar o poder económico face a um bem comum. Durante décadas os promotores imobiliários pagavam, as ruínas eram estudadas e desmontadas, para eventual reconstrução em Museu.

3. O EXEMPLO DA VIA NOVA OU GEIRA

Os mundos urbano e rural não eram universos dissociados, no nosso país, até meados do corrente século.

Hoje as fronteiras estão bem delimitadas.

No Norte, onde existem numerosas pequenas cidades e aglomerados, há pontos onde, á noite, se visualiza, com nitidez, o fosso entre os dois universos. Por exemplo quem vem do interior, do vale do Tâmega ou de Trás-os-Montes Ocidental, por Cabeceiras de Basto, atravessa a extensa Serra da Lameira, até às encostas voltadas a ocidente. De aí, até onde a vista alcança há um mar de luzes sem fim: Fafe, Felgueiras, Guimarães, Vizela, Santo Tirso. É, apenas, o começo do vasto conglomerado de centros urbanos que se estendem até Braga e Porto, distribuídos por numerosos tentáculos.

Na descida da IP4, devido ao traçado da via, a fronteira não é tão visível, mas quando se chega a Amarante, é imediata a sensação de que se entrou num espaço urbano, que se prolonga pela Lixa, por Penafiel, por Gondomar, Lousada, até ao litoral.

Por norma, nos dias de hoje, os espaços rurais são mais carenciados em recursos humanos. Os núcleos de intervenção, com a massa crítica suficiente e necessária, concentram-se nas cidades.

Em contrapartida estão menos sujeitos a pressões. As principais ameaças decorrem dos grandes projectos de alteração da paisagem, que se caracterizam por serem monótonos, extensivos e não necessitarem, a médio e longo prazo, de mão de obra permanente: a florestação; as barragens; extensos pomares ou vinhedos.

Estes projectos (em especial a “floresta”, sem dúvida a mais grave ameaça), encontraram, outrora, a oposição obstinada das populações. O romance de Aquilino Ribeiro, *Quando os Lobos Uivam*, registou a luta tenaz entre os utentes dos baldios e os poderosos Serviços Florestais. Das florestas de resinosas, de que tanto se orgulhava o Estado Novo e que, aliás, foram plantadas contra o parecer de técnicos portugueses e estrangeiros que se pronunciaram nos anos 40 (por exemplo Neves 1976; ou o alemão W. Rothmaler 1941), pouco resta. Tudo ardeu nas décadas de 70 e 80, ou porque o clima entretanto se tornou mais quente e/ou porque terá ficado um oculto desejo de vingança.

Nestas últimas décadas o ciclo repete-se. Durante 3 a 4 anos cresce o mato bravio. No mês mais quente e seco estala o fogo, por mão criminosa ou negligência. Depois, de novo o manto verde vai desenvolver-se, inculto, criando um tremendo potencial de combustão.

Ora estes espaços de montanha, que constituem uma área apreciável do Portugal, a norte do Tejo, não são superfícies vazias, sem história. Pelo contrário, as montanhas do nosso país são um espaço onde é possível redescobrir as paisagens antigas, recuperar o tempo, restituir ao território a sua dimensão humana secular, ou milenar.

Nesta perspectiva o plantio mecanizado e intensivo da floresta deve ser afastado como um grave erro económico e cultural. As feridas abertas são irrecuperáveis. Podem eventualmente ser suturadas, mas o tecido subjacente, o subsolo

onde estava contida toda a informação arqueológica, foi revolvido para sempre.

Felizmente, no nosso país, ainda há vastos trechos de montanha que não foram rasgados, sem dó nem piedade.

É nestes espaços que será possível estabelecer projectos de estudo e reconstruir paisagens.

Na Serra Amarela o programa, já concluído, de recuperação do Castelo de Lindoso é um exemplo (Fontes e Regalo 1997). O projecto, em vias de finalização¹, de estudo diacrónico da área total da freguesia é uma porta que se abre para um universo fascinante: desenha-se uma potencial reconstrução da paisagem, com numerosos itinerários possíveis e monumentos impressionantes, entre os quais se destacam os caminhos da água e dos homens, as cilhas (que protegiam as colmeias de mel dos ursos) e os enormes fojos que se estendem por milhares de metros.

Poderia referir outras montanhas do nosso país, cada uma delas uma arca de segredos por estudar e valorizar, como a Serra da Cabreira, por exemplo.

O exemplo da Geira tem semelhanças com *Bracara Augusta* pelos conflitos de interesses que sempre suscitou.

Nos anos 40 a área atravessada pela *VIA NOVA* (nome romano da Geira) foi vítima de dois erros, talvez reversíveis: a construção de uma pequena barragem em Vilarinho das Furnas, cuja valia económica tem sido posta em causa; e a abertura de uma estrada florestal de terra batida.

Felizmente, nos anos 70, ainda antes do 25 de Abril, foi criado o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Se assim não fosse, outro erro teria sido cometido: o lançamento de uma estrada “moderna” entre a fronteira e Terras de Bouro, reivindicação que se enraizou nas gentes de S. João do Campo (em tempos que a emigração era forte), os quais também reclamavam a abertura permanente da fronteira.

Ao eng. Lagrifa Mendes, o fundador do PNPQ, sucedeu como director, o eng. Moreira da Silva, que desde logo se apercebeu da importância da Geira, como argumento contra os que, movidos por uma ideia ilusória de progresso, insistiam em abrir a via rápida entre a Portela do Homem e a sede do concelho.

O início do estudo sistemático da Geira, em 1977, deve-se, pois, à estratégia concebida pelo eng. Moreira da Silva, que pretendeu conjugar uma significativa mais valia natural, a Mata da Albergaria com um importante valor patrimonial: a Geira.

A iniciativa encontrou a resistência obstinada das populações. Logo após os primeiros trabalhos ficou acordado uma sessão para divulgar os resultados dos estudos arqueológicos, no Centro Paroquial de S. João do Campo, salvo erro. Não

¹ Tese de Doutoramento que está a ser elaborado pelo dr. Luís Fontes sobre a freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, Serra Amarela.

compareceu um único habitante da aldeia. Em conversa, na rua, ou nas cafés, os habitantes arguíam que o estudo da Geira apenas pretendia justificar o fecho da fronteira e cancelar a ideia da abertura da nova estrada, que traria a prosperidade à aldeia e ao concelho.

Desde 1977 prosseguiram, embora com arritmias, as campanhas de estudo da Geira e os trabalhos revelaram, a cada passo, o seu valor excepcional. O Parque de campismo de Albergaria, instalado em plena via romana e espectáculo degradante (com frequência encontrámos roupa a secar, penduradas de cordas estendidas entre dois marcos da milha XXXIII) foi transferido para S. João do Campo e para o Gerês.

A ideia da via rápida foi abandonada.

Os postos fronteiriços ficaram desertos com o advento da União Europeia.

Entretanto, em território galego estabeleceu-se um parque natural, o da Baixa Límia – Serra do Xerês, verdadeira almofada de defesa do PNPG.

Em 1992, com fundos europeus, foi limpa, estudada e valorizada toda a extensão da *VIA NOVA* na área do PNPG, assegurando um trilho pedestre entre as milhas XXIX e XXXIV, ou seja cerca de 7,5 quilómetros (Lemos e Baptista 1995/6). Foi editado um Roteiro, escrito de parceria entre António Martinho Baptista, Francisco Sande Lemos e José d' Encarnação (1995). Este Roteiro foi um verdadeiro sucesso de vendas, estando esgotado. A 1ª edição é já uma raridade bibliográfica².

Hoje já não se coloca a questão de valorizar a Geira. Há um acordo tácito entre todos os agentes: políticos, entidades estatais e culturais. A população tem uma nova perspectiva e apoia o projecto de classificar a Geira como Património Mundial, que está a ser liderado em conjunto pela Câmara Municipal de Terras de Bouro e pelo PNPG.

Aliás, nos dias de hoje, o problema já alcançou uma nova dimensão. Antes de prosseguir com a valorização da Geira há que avaliar o impacte de tal projecto, pois que incidirá sobre uma área sensível, em que se regista uma forte pressão turística, ao longo do ano e em particular no Verão. Por isso é recomendável que se feche a estrada florestal ao tráfego automóvel e que se organize uma campanha para dismantelar o seu pavimento de terra batida, de modo a recuperar o traçado da Geira.

No Gerês os argumentos oriundos da *Natura* (a mata da Albergaria) e da Cultura convergiram para a salvaguarda de uma importante reserva patrimonial e ecológica.

² Eu, próprio, apenas possuo dois exemplares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terminar este nosso modesto contributo para uma temática tão complexa, já abordada por outros autores portugueses, gostava de recordar que não devemos imaginar que somente neste nosso século se reflecte sobre o território e se valoriza a paisagem.

As comunidades e os Estados desde sempre pensaram na organização do espaço. Regressemos à Geira, como exemplo.

Quando os conquistadores romanos subiram aos cantos mais isolados da serra do Gerês encontraram, talvez, uma serra descarnada, periodicamente devastada por incêndios, aproveitada como pasto dos rebanhos dos povoados da Idade do Ferro.

De facto, de acordo com os cortes arqueológicos abertos junto à ponte romana de S. Miguel, sob o pavimento da via e respectivos leitos de preparação, foram detectados dois episódios coluvionares, ou seja espessas camadas com materiais que deslizaram das encostas e, mais abaixo, um paleo-solo, indicando uma fase de estabilidade.

Pode admitir-se, como hipótese, que uma nova economia, uma nova distribuição dos aglomerados, um novo reordenamento da terra e, quem sabe, medidas administrativas do poder estabelecido em *Bracara Augusta*, permitiram que a mata da Albergaria recuperasse o seu esplendor.

De outro modo, nem a via, nem as pontes teriam resistido às terríveis queimadas e aos subseqüentes deslizamento dos solos (as chamadas “quebradas”).

Durante milénios a via separou o *agger* do *saltus*, dois elementos indissociáveis da mesma economia.

Talvez a mata da Albergaria não seja um santuário natural, uma relíquia das florestas primitivas (uma mitologia tão errada como a do progresso), mas uma reconstrução paisagística datável do século I d. C. e relacionada como uma via rasgada em plena montanha, onde se verifica um dos índices mais fortes de pluviosidade da Europa temperada.

É neste sentido que a Arqueologia, ao analisar na longa escala do tempo, o modo como as comunidades se relacionaram com o meio ambiente, pode contribuir, a um outro nível, para encontrar as soluções de um desenvolvimento “sustentado”, como hoje se diz.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, António Martinho; ENCARNAÇÃO, José d'; LEMOS, Francisco Sande (1995), *A via romana XVIII (Via Nova) no Parque Nacional da Peneda-Gerês*, Braga.
- DELGADO, M.; M. Martins e F. Sande Lemos (1989), Dossier – Salvamento de Bracara Augusta, *Forum*, 6, Braga, pp. 3-41.
- FONTES, Luís e REGALO, Henrique (1997), *Lindoso: o Castelo e a Região*, ed. PNP/ICN, Braga, 47 p.
- LEMOS, F. S. e BAPTISTA, A.M. (1995/96), Estudo de um troço da via XVIII do Itinerário de Antonino na Serra do Gerês (A Geira Romana), *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 12/13, Braga, pp. 113-134.
- MARTINS, Manuela (1997), *Bracara Augusta: a memória de uma cidade*, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, Braga, pp. 177-195.
- MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela (1989/1990), História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6-7, pp. 11-39.
- NEVES, C.M.L. BAETA (1976), Plano de Arbonização da Serra Amarela (versão rejeitada – 1940), Estudos e Informação, 281, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Lisboa.
- NUNES, H. B. (1978), O Salvamento de *Bracara Augusta*: 3 – Da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, pp. 227-236.
- NUNES, H. B. (1993), Para a história do salvamento de *Bracara Augusta*: 2 – A intervenção da CODEP, *Minia*, III série, Braga, pp. 5-29.
- NUNES, E. B. (1996a), Para a história do salvamento de *Bracara Augusta*: 3. Bibliografia (1634/1996), *Minia*, 3ª série, IV, Braga, pp. 147- 165.
- NUNES, H. B. (1996b), Para a História do Salvamento de *Bracara Augusta*: 1 – O papel da Universidade do Minho, *Forum*, 19, Braga, pp. 24-48.
- ROTHMALER, W. (1941), Árvores de Portugal, *Boletim da Sociedade Broteriana*, II Série, 15, pp. 133-148.